



## **Cosmopolíticas Fluviais: reflexões sobre projeto e patrimônio ambiental**

*Cosmopolíticas Fluviales: reflexiones sobre proyecto y patrimonio ambiental*

E06\_07 - Patrimônio Ambiental entre Memórias e Valores

**André Porto**

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
andre-porto@ufmg.br

**Resumo:** Na zona de transição entre Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado, no alto da Chapada dos Parecis, dois rios nascem e seus cursos correm paralelamente até os pés da Serra de Santa Bárbara, no interior do continente Sul-Americano. Os rios Alegre e Aguapeí, embora próximos em suas nascentes, integram as águas de duas bacias hidrográficas distintas. Respectivamente: Bacia Amazônica; Bacia do Rio da Prata. A proximidade destes rios guarda um caminho, uma contingência latente da geomorfologia do continente. Neste local, onde os rios são separados por cinco quilômetros, transpor as águas das duas maiores bacias do continente e engendrar um percurso fluvial navegável pelo interior da América do Sul torna-se palpável. O Canal de Partilha Alegre-Aguapeí, embora tenha sido objeto de planos e projetos do estado brasileiro para realizar a integração fluvial entre as duas bacias, nunca foi construído. Dado este contexto, o trabalho pretende especular sobre o projeto do canal diante do contexto contemporâneo da emergência climática e da crise social e ambiental que marca a era do Antropoceno, colocando em questão modos de planejamento, reflexão e ação em relação às infraestruturas hídricas que hoje estão consolidados. A partir de uma abordagem cosmopolítica, o trabalho busca tensionar os interesses que mobilizam a construção de tais infraestruturas em relação aos diferentes agentes que constituem a paisagem e habitam os territórios impactados. Com o objetivo de pensar arquitetura,

urbanismo e planejamento urbano atravessados pelas questões do Antropoceno e da crise climática, o trabalho proposto pretende refletir sobre as agências dos rios, das plantas, dos animais e de povos subalternizados na produção do espaço, como forma de estabelecer outras possíveis relações de coexistência entre as infraestruturas, as águas, os interesses humanos e os direitos dos sujeitos outros que humanos de existir nos territórios afetados pelo especulado canal.

**Palavras-chave:** cosmopolítica; patrimônio ambiental; memória; projeto.

**Resumen:** *En la zona de transición entre la Floresta Amazónica, el Pantanal y el Cerrado, en lo alto de la Chapada dos Parecis, nacen dos ríos que recorren cursos paralelos hasta los pies de la Serra de Santa Bárbara, en el interior del continente sudamericano. Los ríos Alegre y Aguapeí, aunque próximos en sus nacientes, integran las aguas de dos cuencas hidrográficas distintas: respectivamente, la Cuenca Amazónica y la Cuenca del Río de la Plata. La proximidad entre estos ríos guarda un camino, una contingencia latente de la geomorfología del continente. En este lugar, donde los cursos de agua están separados por aproximadamente cinco kilómetros, la posibilidad de transponer las aguas de las dos mayores cuencas del continente y de engendrar un recorrido fluvial navegable por el interior de América del Sur se vuelve palpable. El Canal de Partición Alegre–Aguapeí, aunque fue objeto de planes y proyectos del Estado brasileño orientados a realizar la integración fluvial entre ambas cuencas, nunca fue construido. Dado este contexto, el trabajo se propone especular sobre el proyecto del canal a la luz del escenario contemporáneo marcado por la emergencia climática y por la crisis socioambiental que caracteriza la era del Antropoceno, poniendo en cuestión los modos de planificación, reflexión y acción en relación con las infraestructuras hídricas hoy consolidadas. A partir de un enfoque cosmopolítico, el trabajo busca tensionar los intereses que movilizan la construcción de tales infraestructuras en relación con los distintos agentes que constituyen el paisaje y habitan los territorios impactados. Con el objetivo de pensar la arquitectura, el urbanismo y la planificación urbana atravesados por las problemáticas del Antropoceno y de la crisis climática, el trabajo propuesto pretende reflexionar sobre las agencias de los ríos, las plantas, los animales y los pueblos subalternizados en la producción del espacio, como una forma de establecer otras posibles relaciones de coexistencia entre las infraestructuras, las aguas, los intereses humanos y los derechos de los sujetos otros-que-humanos a existir en los territorios afectados por el canal especulado.*

**Palabras-clave:** cosmopolítica; patrimonio ambiental; memoria; proyecto.

## Introdução

Na zona de transição entre a Floresta Amazônica, o Pantanal e o Cerrado, no alto da Chapada dos Parecis, dois rios nascem e seus cursos correm paralelamente até os pés da Serra de Santa Bárbara, no interior do continente Sul-Americano.

Ao atingirem suas áreas de várzea, os rios tomam caminhos opostos. O Rio Aguapeí seguirá seu percurso até encontrar o Rio Jauru, que então juntará suas águas ao Rio Paraguai e este ao Rio da Prata, encontrando o Oceano Atlântico próximo às cidades de Buenos Aires e Montevideu.

A partir de sua nascente na Serra de Santa Bárbara, o Rio Alegre se afasta do percurso paralelo ao Aguapeí em direção ao Rio Guaporé, conectando-se ao Mamoré e depois ao Madeira, para então juntar-se ao Rio Amazonas que desaguará no Atlântico tocando o município de Macapá, e, por um de seus braços, Belém do Pará.

Estes dois rios, próximos em suas nascentes, pertencem a bacias hidrográficas distintas. O Rio Alegre integra a Bacia do Amazonas, a maior do planeta. Por sua vez, o Rio Aguapeí irá compor as águas da Bacia do Prata, importante rede fluvial ao sul do continente e quarta maior área de drenagem do mundo.

A proximidade destes rios, subsidiários destes grandes conjuntos de águas guarda um caminho, uma contingência latente da geomorfologia do continente. Neste local, onde os rios correm a uma distância aproximada de cinco quilômetros, transpor as águas das Bacias Amazônica e do Prata surge como possibilidade. É neste ponto, nas bases da Serra de Santa Bárbara, que a ideia de um percurso fluvial capaz de conectar rios e afluentes das duas bacias torna-se palpável.

Esta proximidade mobilizou uma série de propostas dos estados coloniais e modernos que tinham como objetivo viabilizar a integração fluvial continental, marcando o ponto onde seria possível construir um canal que realizaria a transposição das águas, conectando através da navegação fluvial as cidades de Belém do Pará no Brasil e Montevideu, capital do Uruguai.

Contudo, apesar de rondados, escrutinados e desvelados, os rios que integrariam esta possível rede fluvial suportaram às investidas colonizadoras e modernizadoras. Tudo não passou de esboços. Futuros que não se realizaram.

\*\*\*

A região que compreende os divisores das bacias Amazônica e Platina foi - durante o período das colonizações históricas- e continua sendo palco de intensas disputas. Disputas pela posse da terra, pela demarcação de territórios indígenas e unidades de conservação ambiental e pelo avanço do agronegócio através do cultivo extensivo da soja e do desmatamento para aberturas de pasto destinados à produção agropecuária.

Estas disputas são travadas de muitas maneiras. O avanço da soja e de áreas de pastagem sobre territórios tradicionais e áreas sensíveis do ponto de vista ambiental e ecológico tem sido implacável, sobretudo no planalto da Bacia do Alto Paraguai, que impactam diretamente a dinâmica das águas do Pantanal. O diagnóstico feito pela Ministra Marina Silva em 2024<sup>1</sup>, alerta para a possibilidade de perdemos o Pantanal até o final do século. A conjunção das baixas precipitações, o alto processo de evapotranspiração que impede tanto os rios quanto a planície de atingirem sua cota de cheia, e a supressão da cobertura vegetal por conta do desmatamento e de

---

<sup>1</sup> ver Manifesto: Hidrovia Paraguai-Paraná é grave ameaça ao Pantanal: Projeto do tramo norte pode causar dano irreparável ao Rio Paraguai e ao Bioma Pantanal. [S.l.]: FONASC, set. 2021. Disponível em: [https://fonasc-cbh.org.br/wp-content/uploads/ManifestoSocCivilHPP\\_set\\_20213.pdf](https://fonasc-cbh.org.br/wp-content/uploads/ManifestoSocCivilHPP_set_20213.pdf). Acesso em:

queimadas perturbam toda a bacia e apontam para a possibilidade real da perda da maior planície alagada do planeta.

A expansão do agronegócio como força transformadora destas paisagens atua diretamente sobre seus rios, através de projetos de infraestrutura que tem o objetivo declarado de acelerar e tornar mais eficiente o transporte de commodities agrícolas e de minérios como o ferro e o manganês aos países do Mercosul. Neste contexto, a especulação em torno da ampliação da Hidrovia Paraná-Paraguai entre as cidades Mato-grossenses de Corumbá e Cáceres é um dos casos mais emblemáticos das tensões que envolvem a extensão do projeto de desenvolvimento do agronegócio e do complexo minerador brasileiro.

A ligação entre as duas cidades através da navegação industrial de grande porte ampliaria em 680 km os 4.122km que ligam as cidades de Corumbá no Brasil a Nova Palmira no Uruguai, percorrendo toda a Bacia do Prata transportando grãos, farelo, minérios e cimento. Desde os anos 1990 que a implantação de uma hidrovia de grande porte no Rio Paraguai, como parte da Hidrovia Paraná-Paraguai é especulada. Em 1991 um "grande Estudo de Impacto Ambiental, financiado pelo Banco interamericano de desenvolvimento - BID, propôs um projeto extenso para navegação ao longo da Bacia do Prata" (FONASC, 2021). Os pressupostos de ação deste projeto previam intervenções drásticas para facilitar a navegação fluvial. Retificação dos cursos sinuosos, dragagens constantes, derrocamentos, entre outras intervenções capazes de alterar por completo a hidrodinâmica do pantanal norte, com potencial para afetar também o pantanal sul, "uma vez que aprofundariam o leito do rio, retirariam fontes de amortização (curvas e rochas), aumentando a vazão e drenando mais rapidamente as águas, diminuindo, portanto, o tempo o nível e a área de inundação." (FONASC, 2021)

Esse contexto altamente sensível em termos hidrológicos, geomorfológicos e ecológicos impediu que o Tramo Norte fosse reconhecido como hidrovia pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996. Embora este não reconhecimento tenha barrado a navegação industrial, as disputas em torno do trecho seguem em curso. A reboque da reativação do Porto Fluvial de Cáceres em 2020, investidas para construção de dois novos portos fluviais na cidade foram realizadas nos últimos anos apesar da indefinição sobre a viabilidade da navegação no tramo norte. Ainda que diversos estudos de impacto ambiental atentem para o incontornável desastre da implementação de uma hidrovia industrial nesse trecho, nada parece ser capaz de apagar a imagem de que os rios devem servir ao desenvolvimento e ao progresso a qualquer custo.

Penso ser possível discutir que a manutenção destes contextos de crise e a perseguição implacável aos rios para que se tornem dispositivos infraestruturais, é informada por uma determinada maneira de ver o mundo. Um mundo onde de um lado estariam

"agindo os humanos, fazendo história, sujeitos de direitos, sujeitos com intencionalidade atuando sobre um ambiente que seria o outro lado dessa situação: a natureza inerte, um ambiente dado, meramente um palco ou um cenário para atuação daqueles agentes que estão do outro lado." (Costa, 2019)

Os interesses do agronegócio e do complexo minerador extrator pairam sobre a paisagem, exercendo pressão sobre toda uma rede de unidades de conservação, territórios indígenas e comunidades ribeirinhas. Pressões chanceladas e impulsionadas pelo próprio estado, conforme

notícia recente<sup>2</sup> em que o Vice-presidente Geraldo Alckmin especula sobre o trecho em disputa. O Tramo Norte atravessa três unidades de conservação de proteção integral - Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, a estação ecológica do Taiamã e o Parque estadual Guirá-; diversas reservas particulares do patrimônio natural (RPPNs); a terra indígena Guató e diversas comunidades ribeirinhas que dependem dos rios para sua subsistência.

Ainda na área de influência do tramo norte, a bacia do alto paraguai é historicamente ocupada por diversas etnias indígenas. São pelo menos seis territórios indígenas homologados ou em processo de homologação. As TIs Tereza Cristina, Jarudoré e Tadamarina habitadas pelos (Boe) Bororo; Figueiras e Rio Formoso terras dos Paresí; Umutina ocupada pelos Balatiponé (umutina), Irantxe Manoki, Nambikwara e Paresí; e por último a TI Portal do Encantado habitada pelo povo Chiquitano.

Esses cenários de disputa acontecem diante de um quadro histórico ambiental crítico. O Rio Paraguai é monitorado desde 1900, registrando diariamente os níveis do rio. Desde 1997 os níveis do Paraguai diminuem e desde 2015 o registro de precipitações fica abaixo da média da bacia, atingindo níveis críticos em 2019 e 2021. Este contexto se agrava com a extensão de períodos de estiagem, o aumento de queimadas e incêndios e o aumento da temperatura média em algumas regiões do Pantanal.

Subindo o Rio Paraguai em direção a Cáceres, a cerca de 50km da cidade, encontra-se a foz do Rio Jauru que junta suas águas ao Paraguai. Subir o Jauru até o seu entroncamento com o Rio Alegre nos leva até o ponto em que diversos planos institucionais identificam como o ponto chave da imaginada integração fluvial sul-americana, capaz de conectar rios da Bacia Amazônica e da Bacia do Prata através da navegação fluvial.

A nascente do Rio Alegre está localizada no alto do Parque Estadual da Serra de Santa Bárbara, unidade de conservação que se sobrepõe à TI do Portal do Encantado, território do povo Chiquitano. Seu curso inicial corre quase paralelamente ao Rio Aguapeí, distante aproximadamente 5km, que assim como o Alegre, desce a serra em direção às suas áreas de várzea. Em seu curso, o Rio Aguapeí juntará suas águas ao Rio Guaporé, que então segue seu curso, ligando-se aos rios Mamoré e Madeira, até chegar ao Amazonas e desaguar no Oceano Atlântico próximo ao arquipélago do Bailique em Macapá.

Estes trechos em discussão por este trabalho - o especulado Tramo Norte da Hidrovia Paraná-Paraguai entre Corumbá e Cáceres e o percurso que conecta a foz do Rio Jauru ao Rio Alegre e então o Aguapeí ao Guaporé - constituem os entraves-chave para um sistema de navegação pelo interior do continente. Engendrar esse caminho depende da superação destes trechos, conectando suas pontas aos sistemas já consolidados de navegação fluvial existentes nas duas bacias.

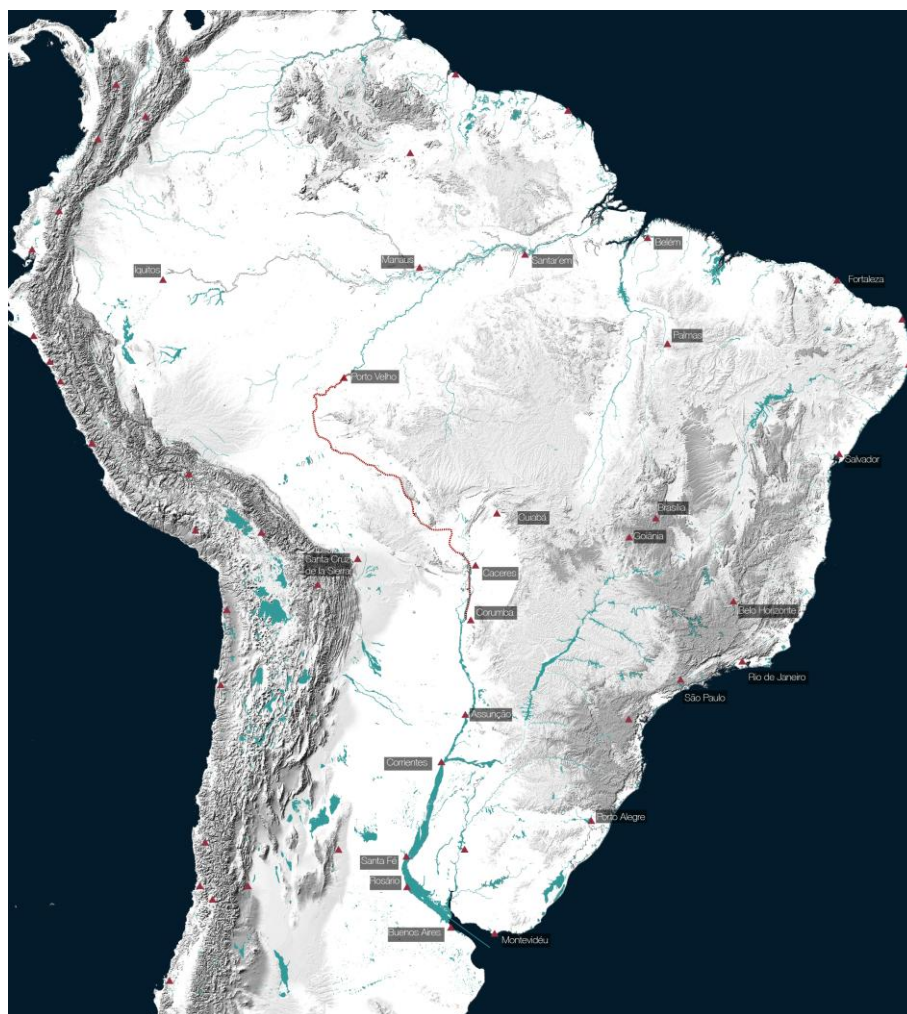
De Corumbá até Nova Palmira no Uruguai, os Rios Paraguai, Paraná e Prata recebem navegação de grande porte formando o principal eixo de escoação de commodities agrícolas e minerais do sul do continente. De Vila Bela da Santíssima Trindade no Mato Grosso até Porto Velho em

---

<sup>2</sup> notícia publicada em 24/10/2025, durante a produção deste texto. ver em <https://g1.globo.com/google/amp/mt/mato-grosso/noticia/2025/10/24/geraldo-alckmin-diz-que-avalia-investimentos-para-destravar-hidrovia-do-rio-paraguai.ghtml>

Rondônia, os rios são navegáveis na maior parte do ano, e de Porto Velho à foz do Amazonas o sistema Madeira-Amazonas constitui a principal via navegável do interior do continente.

Ainda que resolver estes trechos e de fato engendrar um eixo fluvial continental seja uma possibilidade palpável do ponto de vista da sua exequibilidade, discutir sua implementação levanta uma série de questões para este artigo. Seria possível especular a transposição das águas a partir de uma série de proposições cosmopolíticas? proposições que reconheçam as agências dos rios, plantas, bichos e povos tradicionais na produção do espaço? Ou, falando com Aisha Azoulay, fazer história potencial<sup>3</sup> ? Revelar as histórias e existências que foram relegadas a uma ideia de passado através de uma prática de projeto? Apostar em imaginações que localizem estas histórias potenciais como possibilidades no presente?



**Figura 01:** trechos em disputa do especulado canal sul-americano. Fonte: do autor, outubro de 2025

---

<sup>3</sup> ver AZOULAY, Ariella Aisha. **História potencial: desaprender o imperialismo**. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.

Investigar essa proposta e as disputas que a cercam é sobretudo um pretexto, uma forma de aterrar discussões travadas durante a pesquisa de doutorado em curso que mobiliza este artigo. Discussões a serem elaboradas em ateliês de projeto no curso de arquitetura e urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, através de trabalhos desenvolvidos junto aos alunos.

Ao dispor o projeto da integração fluvial como plano de fundo e tema dos ateliês, busca-se colocar em oposição práticas espaciais trazidas à tona por princípios de ação completamente distintos. De um lado, o modelo da modernidade em suas múltiplas facetas, de um condicionamento político objetivo ao humano, motorizado pelo ímpeto desenvolvimentista que se sobrepõe a qualquer condição pré-existente. De outro, uma forma de agir no mundo que reconhece outras agências e possibilidades de coexistência com outras espécies, com os rios e com os ambientes que eventualmente se configuram como habitats de múltiplos seres.

Com efeito, os povos originários do continente deslocavam-se de maneira sistemática pelos rios, consolidando ao longo do tempo redes de comunicação e troca, conectando florestas, povos e mundos. Na prática, a empreitada colonizadora não teria sido possível sem as contribuições dos indígenas informando de maneira detalhada características topográficas, geográficas e hidrográficas do território invadido. A maneira com que os povos indígenas instituíram uma coexistência com os rios mostra-se radicalmente oposta à lógica extrativista dos projetos colonizadores e modernos. A conexão com as águas é realizada a partir de outras bases, como as que percebem os rios como verdadeiros agentes da habitabilidade do território e parte integrante do seu modo de existência.

Desenvolvia-se uma imbricada relação com o ambiente, pautada por uma lógica de deslocamento sensível, onde a orientação não se dava por bússolas e mapas, mas pelos fluxos e lugares onde as águas se encontravam; pela percepção aguçada acerca das expansões e retrações dos rios nos períodos de cheia e estiagem; pela presença de determinadas espécies de peixes por indícios verificados nas variações dos solos e da vegetação<sup>4</sup>.

Esta abordagem aponta uma outra forma de produzir o espaço, uma perspectiva que considera os rios para além da redução a mero corpo d'água. O rio não é rio sem as florestas e espécies vegetais das margens, sem os peixes que dele se alimentam e que o alimentam de matéria orgânica. Os rios são também rede de dispersão da floresta e da diversidade, formada pela interação entre peixes e plantas ao longo de milhares de anos. O rio é tanto o corpo d'água quanto os peixes, as plantas, espécies que habitam suas margens<sup>5</sup> e os povos que se deslocam através de seus fluxos.

Ainda que o discurso hegemônico em torno desta região tenha fomentado a percepção de uma área não apenas desassistida - no sentido infraestrutural e econômico - como também desterritorializada, aberta e disponível para o desenvolvimento, a presença humana na região dos divisores das Bacias Amazônica e a Bacia do Alto Paraguai remonta a milhares de anos, abrangendo, por exemplo, o "sítio arqueológico da Era do Gelo mais a oeste que se conhece no

---

<sup>4</sup> em BELIK, Daniel. Caminhos Indígenas: Espaços de movimentação pela Amazônia. **Revista Espacialidades**. [online]. 2019, v.15, n.2 p. 136

<sup>5</sup> em AROEIRA, André. Implodir hidrelétricas. **Piseagrama**. Belo Horizonte: Rona Editora, nº 14, p. 20-28, 2020

Brasil" (Esteves, 2023). Os achados do sítio arqueológico de Santa Elina no interior do Mato Grosso indicaram a ocupação por grupos humanos há cerca de 27 mil anos.

"Alguns pesquisadores postulam que o interior do continente foi povoado seguindo os cursos dos grandes rios, e o sítio mato-grossense ocupa uma posição especial. Fica no limite entre a bacia hidrográfica dos rios Amazonas e Paraguai e por isso está conectada tanto ao norte quanto ao sul do território. Está também na região de contato entre a floresta tropical e as savanas do cerrado. Por isso, os humanos que passaram por Santa Elina podem representar uma conexão entre os povos que ocuparam as terras altas e baixas da América do Sul - os Andes, de um lado, e a Amazônia, o Brasil Central e os Pampas, do outro." (Esteves, 2023)

É neste contexto de narrativas cruzadas e sobrepostas que o campo da pesquisa de doutorado em curso é mobilizado. É proposto pela pesquisa pensar o ateliê de projeto como campo que pressupõe afetar a experiência docente ao repensar os próprios espaços do ateliê, suas metodologias e sua ferramentaria. O risco e a aposta da pesquisa estão neste movimento de contraposição insistente, na proposição de uma força contrária ao projeto desenvolvimentista hegemônico, tanto no ensino quanto na prática profissional.

### **Procedimentos contracartográficos**

Embora não haja dúvida sobre ocupações históricas e ancestrais na região, não é preciso ir muito longe para encontrar- na forma de mapas, cartografias e diagramas- planos-projetos que reforçam a narrativa dominante sobre a região de uma área sem vida e a espera do desenvolvimento e do progresso.

É notório que da perspectiva da ocupação territorial exploratória a região é uma chave importante do continente. Do ponto de vista da empreitada colonial, o controle deste pedaço do continente era central, já que controlar as rotas fluviais do interior do continente contribui para uma melhor circulação das riquezas e na busca por novos territórios a serem explorados. No entanto, apenas após a independência do Brasil, a possibilidade de instaurar uma rota navegável capaz de transpor as águas das duas bacias ganha certa relevância institucional.

Em 1869, o engenheiro Eduardo de Moraes, por demanda da comissão hidráulica do império, elabora o Plano Moraes - que propunha a integração fluvial através da interligação entre as bacias do Rio Amazonas e do Rio da Prata. Este plano apresenta pela primeira vez um local e os afluentes específicos por onde seria possível realizar a transposição entre bacias. É um mapa simples, sem muitas camadas. O mapa decide o que mostrar, e mostra guiado por uma determinada cultura e modo de ação. Vemos apenas o contorno geopolítico brasileiro e os rios que comporiam o sistema imaginado. Um mapa repleto de manchas brancas<sup>6</sup> que reforçam a abordagem do colocar-se fora sistematizando a invisibilização de agentes, atores e sujeitos que eventualmente ocuparam e produziram o território.

---

<sup>6</sup> ver MORAES, L.; CARVALHO, C.; RENDEIRO, M.; GIL, T. Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 17–61; 62, 2022. DOI: 10.15848/hh.v14i37.1686. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1686>. Acesso em: 3 jul. 2025.



**Figura 02:** Plano Moraes, 1869. Fonte: <https://x.com/LogInfra/status/1754683259278000633/photo/3>, Fevereiro de 2024

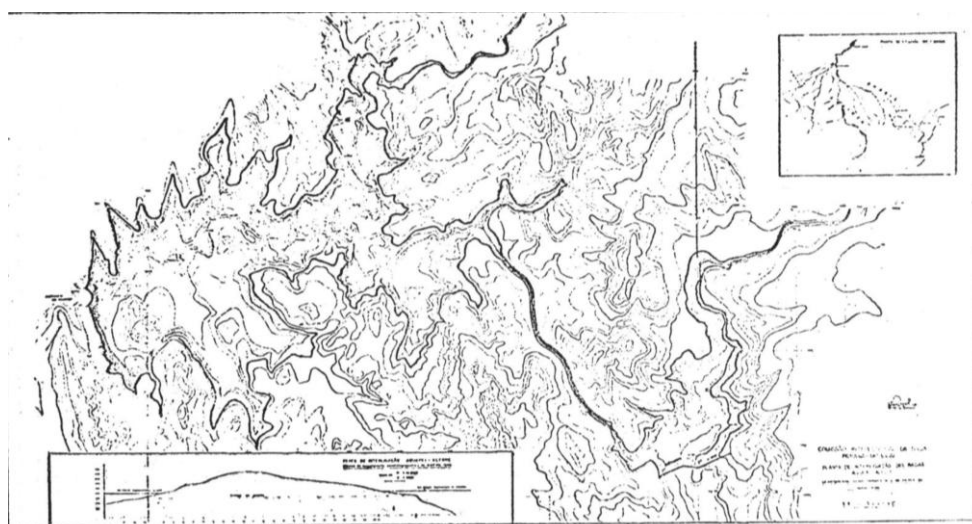
Retirando do contexto toda e qualquer forma de existência, o mapa assegura o entendimento dos rios enquanto objetos, como algo que serve ao interesse humano exclusivo. Mero corpo d'água transitável. O que interessa ao mapa é apenas apontar os rios Alegre e Aguapeí como candidatos a estabelecer a conexão entre as bacias, excluindo por completo habitabilidades históricas e agências outras que humanas na produção do espaço.

É a partir desta localização que a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-uruguai (CIBPU) irá desenvolver nos anos 1960 o projeto propriamente dito do Canal de Partilha<sup>7</sup> capaz de engendrar a navegação fluvial entre bacias, estabelecendo a conexão com um sistema que já conta com milhares de quilômetros navegáveis.

<sup>7</sup> Referência ao projeto do canal de transposição Alegre-Aguapeí, desenvolvido por Paulo de Menezes Mendes da Rocha, pai do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Ver ROCHA, Paulo de Menezes Mendes da. Interligação das Bacias Prata-Amazonas, Madeira-Guaporé-Alegre- Aguapeí-Paraguai, Estudos Preliminares: Anteprojeto de Interligação das Bacias do Prata e Amazonas, Canal de Transposição Alegre-Aguapeí. São Paulo, Comissão Interestadual da Bacia Paraná -Uruguai (CIBPU), 1967.

A condição especial destes afluentes- que permite especular sobre a construção do canal- está na proximidade das suas nascentes e de seus cursos iniciais. Os dois rios nascem à uma distância aproximada de 5km e seus cursos correm quase paralelamente até os pés da Serra de Santa Bárbara, no estado do Mato Grosso, próximo à fronteira da Bolívia. Os dois rios atingem suas áreas de várzea ainda próximos, embora integrem águas de bacias hidrográficas distintas. Seria nessa zona de várzea que o proposto canal conectaria o Amazonas e o Prata nas extremidades do sistema, através de uma série de intervenções na paisagem e nos cursos dos rios.

Para realizar a transposição, grandes áreas de várzea seriam alagadas para a construção de duas represas que definiriam a cota do canal, equipadas com eclusas para vencer as diferenças de nível entre os rios e assim levar as embarcações de uma bacia a outra.



IG. Nº 18: Planta da interligação GUAPORÉ-PARAGUAI. — Conforme indicamos no comentário da figura anterior (17), ambos sofrendo o represamento de seus afluentes ALEGRE e AGUAPEÍ por barragens localizadas nos cursos superiores destes últimos, conseguem formar um grande lago artificial intermediário entre os dois, aproximadamente no lugar marcado como "ISTMO ALEGRE-AGUAPEÍ", do mapa da figura Nº 13, na cota 270, bem como um canal de partilha de 4,5 quilômetros de comprimento aproximado, tornando-se através deles uma realidade a interligação navegável entre as duas colossais bacias hidrográficas, as de AMAZONAS e PLATINA. Não temos conhecimento da avaliação energética da obra, porém a força elétrica gerada pelos represamentos em pauta, seria considerável para o desenvolvimento da região. — Esta planta foi extraída do citado estudo preliminar, de suas pag. 32-33 e a preparou a CIBPU — Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, em 1967.

**Figura 03:** plano de interligação das bacias Alegre-Aguapeí. Fonte: ROCHA, Paulo de Menezes Mendes da. Interligação das Bacias Prata-Amazonas, Madeira-Guaporé-Alegre- Aguapei-Paraguai, Estudos Preliminares: Anteprojeto de Interligação das Bacias do Prata e Amazonas, Canal de Transposição Alegre-Aguapeí. São Paulo, Comissão Interestadual da Bacia Paraná -Uruguai (CIBPU), 1967.

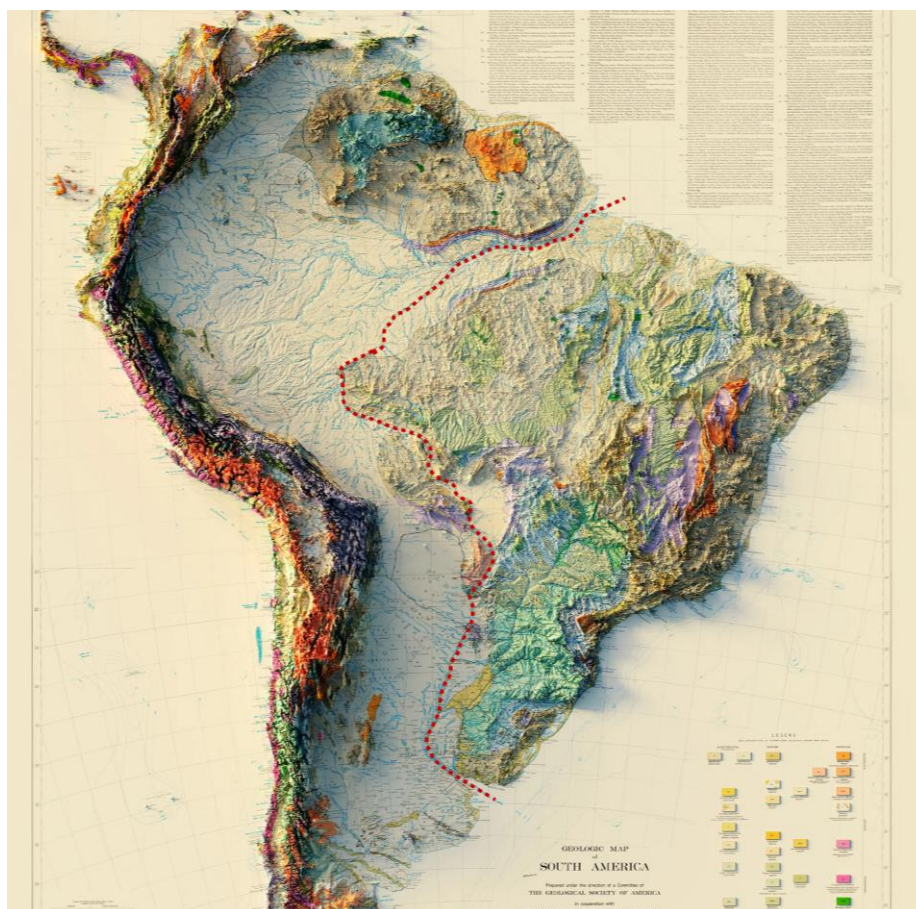
Ainda que os planos não tenham sido levados adiante, o imaginário sobre as águas do continente é reativado em diferentes momentos, como nos estudos da Corporação Andina de Fomento (CAF)<sup>8</sup> e através da iniciativa de Integração Infraestrutural Sul-Americana (IIRSA), que reuniu diversos estados da América do Sul para pensar sistemas de infraestrutura capazes de fortalecer e potencializar o desenvolvimento em escala continental.

Pensando o sistema completo, de Buenos Aires à Macapá, o sistema é composto pelo Rio da Prata, Paraguai, Jauru, Aguapeí, o especulado canal que faria a transposição ao Rio Alegre, então o Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas. Como discutido anteriormente, a maioria destes trechos já é navegável, possuindo hidrovias estabelecidas e relevantes em seus contextos, como é o caso das hidrovias do Rio Amazonas e Madeira e da Hidrovia transnacional Paraná

<sup>8</sup> CAF — CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO. *Los ríos nos unen: integración fluvial sulamericana*. Bogotá: CAF/Editora Guadalupe, 1998

Paraguai, importante rota hidroviária da parte sul do continente. Com o avanço do domínio do agronegócio na região dos divisores das bacias, a pressão para a expansão do projeto colonizador da soja representa uma real ameaça para a possibilidade de seguirmos imaginando uma vida compartilhadas com os ecossistemas, rios, bichos, plantas e modos de existência que recusam a opção de habitar territórios fumigados de agrotóxicos para o cultivo da soja.

Desde a colonização este território é escrutinado e pressionado por diferentes forças. Durante a empreitada colonial os povos originários do continente guiaram os colonizadores pelos rios, florestas e caminhos históricos que formavam uma verdadeira rede entre diversos grupos humanos, configurando um fluxo gênico intenso onde centenas de espécies vegetais e animais se dispersavam, tanto naturalmente quanto pelas mãos de diferentes grupos étnicos. A formação desse corredor gênico responde a uma condição única e definitiva para a mobilidade e o consequente intercâmbio entre diferentes povos.



**Figura 04:** mapa geo-hidromorfológico da América do Sul. Fonte:

[https://www.reddit.com/r/brasil/comments/vbpxb0/mapa\\_em\\_alto\\_relevo\\_da\\_america\\_do\\_sul/](https://www.reddit.com/r/brasil/comments/vbpxb0/mapa_em_alto_relevo_da_america_do_sul/)

Ao analisar um mapa que apresenta apenas a geomorfologia e hidrografia do continente, é possível perceber a formação do istmo que interrompe a sequência das serras que cercam o planalto central, formando duas entradas ao interior do continente. Estes acessos permitiram ao longo do tempo encontros entre diferentes povos, dos Andes ao litoral Brasileiro, permitindo o contato entre culturas Guaraníticas, Andinas e Aruaques. Como apresentado, somado à essa condição topográfica única, esta região também compreende o divisor de águas das duas maiores

bacias hidrográficas do continente. O deslocamento também se dava através desses grandes sistemas de rios, permitindo o intercâmbio entre povos não somente no sentido andes-litoral como no eixo norte-sul continental.

O deslocamento por um amplo território,

"desde a Serra do Roncador, passando pelos chapadões de Poxoréu e Chapadas dos Guimarães, pelos rios Cuiabá e alagados do Pantanal, pelas serras na divisa entre Brasil e Bolívia, pelos rios em território boliviano, até as terras celestiais de Samaypata no sopé dos andes" (Costa, 2023)

constituiu ao longo de séculos uma verdadeira rota cultural e espiritual para diferentes povos. Ainda que estes caminhos tenham sido soterrados pela colonização e pelos discursos dominantes que insistem em esvaziar estes territórios de vida, as propostas civilizatórias persistem e resistem nestes meios.

É neste contexto que os ateliês de projeto se lançam em busca de outros pressupostos para a ação, procurando desenvolver aproximações que possam revelar histórias e agências que foram abafadas pela modernidade. Não só revelar no sentido de trazer à vista, mas também no sentido de renovar a potência dessas propostas civilizatórias e de seus atores fundamentais. As abordagens a serem desenvolvidas nos ateliês partem dessas potencialidades que persistem no presente, como forma de dar força a toda uma cartografia de confluências que desembocam nesta região do continente. As águas, os animais, as plantas, os ecossistemas e biomas, povos indígenas, unidades de conservação. Poderia um projeto potencializar confluências? Poderia um projeto desenvolver maneiras de frear os ímpetus colonialistas do cultivo da soja? De que forma o arquiteto pode contribuir para produzir reflexões em torno da produção do espaço nestes territórios ameaçados?

Pensar uma prática projetual contrária ao modo estabelecido requer certas inversões dos métodos hegemônicos discutidos até aqui. Antes de impor ao território uma perspectiva de cima para baixo, como quem tira os pés do chão, um método *contraprojetual* depende de uma abordagem mais próxima dos sujeitos e agentes que compõem a arena cosmopolítica<sup>9</sup> que produz o território. Uma abordagem que não deve apenas apresentar estes sujeitos, mas traçar uma rede de relações entre estes atores e as disputas em curso no território para que de alguma forma seja possível achar o projeto e não impor o projeto como sujeito que define o destino dos hegemonicamente considerados objetos - bichos, plantas, rios, ecossistemas, biomas e povos subalternizados.

Para tal, penso que realizar procedimentos de *contramapeamento* e *contracartografia* são fundamentais para práticas que pretendem contraprojetar espacialidades hegemônicas. Para contramapear os planos antigos que narram a integração fluvial, uso como referência o mapa<sup>10</sup> produzido pelo grupo iconoclastas, intitulado república tóxica da soja.

Neste mapa, o grupo rastreia os territórios alcançados pela soja, denunciando o uso agressivo de agrotóxicos nesta expansão territorial. Apresentam também uma rede de atores que resistem,

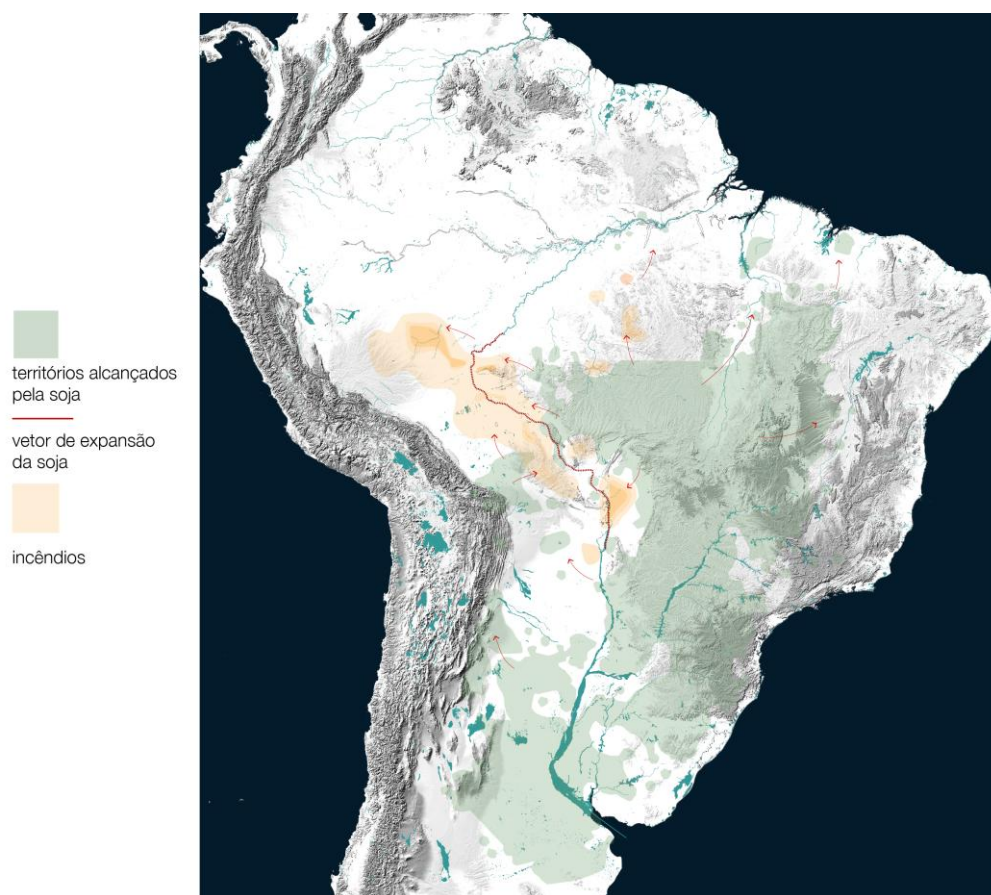
---

<sup>9</sup> ver STENGERS, Isabelle. **Proposições cosmopolíticas**. In: STENGERS, Isabelle. *As ciências e a produção de sentido*. Tradução: Maurício de Carvalho Ramos. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

<sup>10</sup> ver mapa em [https://iconoclastas.net/wp-content/uploads/2020/05/CORREGIDO\\_JUNIO\\_MAPA\\_Sojizacio%CC%81n.jpg](https://iconoclastas.net/wp-content/uploads/2020/05/CORREGIDO_JUNIO_MAPA_Sojizacio%CC%81n.jpg)

denunciam e se opõem às práticas do agronegócio; organizações vinculadas a universidades na América do Sul; cooperativas camponesas e organizações indígenas. O mapa dos iconoclastas também aponta vetores de expansão da soja e documenta a ocorrência de incêndios no sentido desta possível expansão.

O procedimento executado consiste na sobreposição destas informações em um mapa georreferenciado que inclui o sistema hidroviário especulado e os trechos em disputa discutidos por este trabalho. Acredito que essa prática contracartográfica aponta para o maior beneficiário da possível construção dessa infraestrutura. O discurso hegemônico do desenvolvimento de uma área desassistida e desabitada cai por terra ao perceber que os vetores de expansão da soja são os mesmos da hidrovia proposta. Ou seja, a construção seria capaz de acelerar esse movimento colonizador da soja no Brasil, transformando por completo a paisagem brasileira.



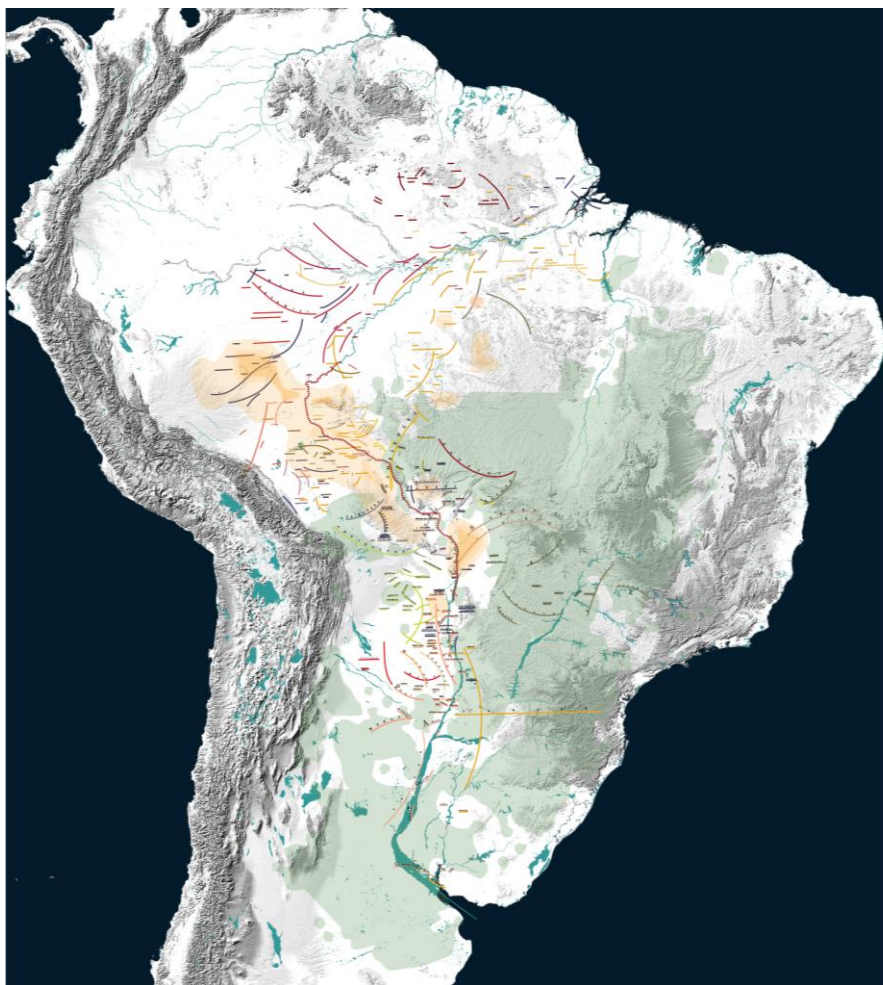
**Figura 05:** sobreposição mapa "*república tóxica da soja*" e o canal sul-americano. Fonte: do Autor, Outubro de 2025

Discutir este contexto envolve a reflexão sobre uma região à margem dos grandes centros econômicos que, no entanto, tem experimentado um ritmo acelerado de transformações na paisagem e nos modos de vida, em territórios importantes do ponto de vista ecossistêmico e cultural. Qualquer alteração no regime de águas ou ainda os causados pelos incêndios têm capacidade de afetar outras regiões, como documentado e sentido na pele em estados vizinhos.

O segundo procedimento contracartográfico proposto consiste em outra sobreposição. O objetivo deste mapa é desmontar o discurso de que nessa região não haveria vida, de que seria um território disponível para a colonização/modernização. O objetivo deste contramapeamento é visibilizar as

temporalidades históricas da ocupação desse território e dar profundidade aos espaços achatados pela modernidade.

Tendo como referência o Mapa Etno-histórico<sup>11</sup> do Brasil e Regiões Adjacentes de Curt Nimuendajú, o procedimento deste mapa envolveu o redesenho dos vetores de ocupação indígena em uma zona de influência que acompanha o percurso do sistema proposto. O mapa torna visível a relação que os povos indígenas estabeleceram com os rios do continente, ocupando de maneira sistemática suas margens e áreas de influência, estabelecendo contatos e redes entre diferentes etnias.



**Figura 06:** sobreposição mapa "*república tóxica da soja*", presença de etnias indígenas e o canal sul-americano. Fonte: do Autor, Outubro de 2025

Produzir estas contracartografias faz parte da luta para se estar no mapa e passar do não-lugar ao lugar. É um ato de preenchimento do espaço que é contrário à espacialidade hegemônica.

<sup>11</sup> ver mapa em <http://portal.iphan.gov.br/indl/pagina/detalhes/1563>

Trazendo para a discussão o habitar colonial<sup>12</sup> investigado por Malcom Ferdinand, é possível traçar princípios desse modo de habitar nestas abordagens à ideia da integração fluvial. A mais aparente neste caso me parece ser a produção de uma espacialidade subordinada à metrópole, já que nos termos apresentados esta região só existiria quando pudesse estabelecer uma relação com os centros econômicos do continente.

Ou seja, é estabelecida a impossibilidade de se habitar com os indígenas que ocuparam este território historicamente, com os rios, com os peixes, com as onças, com o buriti e tantos outros agentes que produzem estes espaços. Este é o principal objetivo destes processos contracartográficos, fazer aparecer estes agentes e vidas que foram sistematicamente apagadas e invisibilizadas, para então imaginar não rupturas, mas espacialidades dissidentes que podem ser produzidas de dentro do território, imaginando refúgios e possibilidades de vida fora do hegemônico.

Dessa forma, o contraprojeto depende das contracartografias para estabelecer as bases que permitam pensar o fortalecimento de confluências e os interesses de toda uma sorte de agentes que dependem e constroem suas habitabilidades em relação aos outros, e com os outros. Sejam humanos ou não. É nesta chave que o trabalho procura produzir narrativas, fabulações, imagens, propostas e projetos que ajudam a narrar outras histórias através da arquitetura, e dar sentido a tantas outras formas de existência.

A ideia sustentada por este trabalho procura colocar em evidência e reivindicar a agência de atores cosmopolíticos - rios, plantas, animais, povos indígenas, comunidades ribeirinhas - na produção do espaço e na constituição do patrimônio ambiental desta região. Este patrimônio não é composto apenas de elementos físicos ou ecossistemas isolados, mas das múltiplas memórias entrelaçadas do lugar: memórias hidrológicas inscritas nos ciclos de das águas; memórias ecológicas presentes nas redes de dispersão de espécies; memórias culturais dos caminhos históricos e rotas espirituais; memórias de resistência contra sucessivos projetos colonizadores. Reconhecer estas agências e memórias não é apenas um gesto de reparação histórica, mas também a própria possibilidade de imaginar futuros possíveis onde a coexistência entre infraestruturas, águas, interesses humanos e direitos dos sujeitos outros-que-humanos se torne efetivamente praticável.

---

<sup>12</sup> FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Elefante, 2021.

## Referências

- AROEIRA, André. Implodir hidrelétricas. **Piscograma**. Belo Horizonte: Rona Editora, nº 14, p. 20-28, 2020
- AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial**: desaprender o imperialismo. Tradução: Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- BELIK, Daniel. Caminhos Indígenas: Espaços de movimentação pela Amazônia. **Revista Espacialidades**. [online]. 2019, v.15, n.2 p. 136
- CAF — CORPORAÇÃO ANDINA DE FOMENTO. **Los ríos nos unen**: integração fluvial sulamericana. Bogotá: CAF/Editora Guadalupe, 1998
- COSTA, Alyne de Castro. **Cosmopolíticas da Terra**: modos de existência e resistência no Antropoceno. Tese de Doutorado, Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- COSTA, José Eduardo F. M. da. **Caminhos do El'Dorado**: Roncador-Andes. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2023.
- ESTEVES, Bernardo. **Admirável novo mundo**: uma história da ocupação humana nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. pg. 215
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. Tradução: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Elefante, 2021.
- FONASC. Manifesto: Hidrovia Paraguai-Paraná é grave ameaça ao Pantanal: Projeto do tramo norte pode causar dano irreparável ao Rio Paraguai e ao Bioma Pantanal. [S.l.]: FONASC, set. 2021. Disponível em: [https://fonasc-cbh.org.br/wp-content/uploads/ManifestoSocCivilHPP\\_set\\_20213.pdf](https://fonasc-cbh.org.br/wp-content/uploads/ManifestoSocCivilHPP_set_20213.pdf). Acesso em: 30/01/2026
- MORAES, L.; CARVALHO, C.; RENDEIRO, M.; GIL, T. Eliminando manchas brancas: um desmonte da cartografia indigenista de Curt Nimuendajú. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 17–61; 62, 2022. DOI: 10.15848/hh.v14i37.1686. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1686>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- STENGERS, Isabelle. **Proposições cosmopolíticas**. In: STENGERS, Isabelle. As ciências e a produção de sentido. Tradução: Maurício de Carvalho Ramos. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.